



**Estado do Rio de Janeiro**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
Secretaria de Gabinete do Prefeito



Nova Friburgo, 30 de setembro de 2018

Ofício GAB nº 164/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de dirigir-me a V.Exa., a fim de encaminhar o incluso Anteprojeto de Lei, cujo teor trata da viabilização do certame licitatório, visando a concessão dos Serviços de Transporte Coletivo no Município de Nova Friburgo.

Tal anteprojeto é de suma importância, uma vez que a atual concessão tem seu termo final para o mês de setembro de 2018.

Como é do conhecimento de todos, a Lei Orgânica de Nova Friburgo, quando da elaboração daquele certame licitatório, estabelecia em seu artigo 225: *"Fica proibido o monopólio no serviço de transporte coletivo no município."*

E, para se efetivar este ditame legal, o Município de Nova Friburgo optou à época por realizar um certame licitatório através de 3 (três) lotes de linhas, onde fora estabelecido que nenhuma empresa poderia explorar todos os três lotes.

Realizado o certame, somente a empresa FAOL – Friburgo Auto Ônibus Ltda. Apresentou proposta para a referida concessão. Essa regra implicou que um determinado lote não fosse outorgado a FAOL. Porém, como não poderíamos ficar sem a exploração dessas linhas, foi autorizado a exploração deste Lote pela mesma empresa que já prestava os serviços e que iria iniciá-los através da regular concessão.

Ocorre que esse Lote não contemplado na licitação, implicou que a empresa que o explorasse não pagasse a outorga pelo mesmo, isso com prejuízo ao erário. Foram feitas outras licitações, sendo certo que nunca apareceu outra empresa interessada em adquirir o direito de exploração do lote remanescente.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
Secretaria de Gabinete do Prefeito



Sabedores deste fato, e após intenso debate, a recentíssima Lei Orgânica de nosso Município, publicada em 28/07/2018, tratou da matéria desta concessão em seus artigos 376, § 1º e 381, § 3º.

Percebe-se claramente que a experiência da regra passada não podia permanecer, fator que implicou nessas substanciaosas alterações. E, o Poder Executivo acompanhando esses desdobramentos, aguardou essa definição da nossa Lei Orgânica para concluir seus trabalhos em relação a essa licitação tão importante.

O Poder Executivo havia aberto procedimento administrativo que objetivava a contratação de assessoria especializada para a realização da concessão, quando nos deparamos com as seguintes situações que nos obrigaram a rever o planejamento inicial, a saber:

Foi encaminhado consulta para a contratação de assessoria para três institutos idôneos: Fundação Getúlio Vargas, COPPE/UFRJ, IDD/UFF. E, destas instituições, duas apresentaram propostas com valores significativos (o menor valor correspondendo a R\$ 1.770.000,00), e ainda, as duas propostas exigem um prazo de 12 meses para a conclusão dos serviços, sendo seis meses para elaboração de estudos e edital, e seis meses para acompanhar todo o processo de licitação objetivando a implementação da concessão.

E, como dito, em paralelo a isso, a Câmara de Vereadores passou por um período longo para elaborar a Nova Lei Orgânica, fato público e que consumiu muito tempo dos nobres Edis e de técnicos desta Prefeitura que acompanharam e participaram de inúmeras reuniões e estudos.

Foi realizada uma grande pesquisa junto aos arquivos dos Poder Executivo, onde foi localizado o processo PMNF nº 18.974/2013 (apensado ao processo PMNF nº 17.510/15), que trata da análise deste tema relativo à concessão do transporte. E, nestes processos identificamos ESTUDOS DE NOVEMBRO DE 2015 sobre todo o sistema de transporte em nosso Município.

E, nesses ESTUDOS técnicos existem parâmetros que podem (e devem) subsidiar toda a licitação/concessão, eis que é um estudo implementado após a criação e implementação do Bairro Terra Nova (que alterou em muito a configuração então existente de todo o sistema de transporte de nosso município).



Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
Secretaria de Gabinete do Prefeito



Destarte que todo esse ESTUDO não pode ser desprezado, máxime em se tratando de valores significativos que o Município teria que desembolsar para contratar assessoria especializada, isso em respeito ao princípio da economicidade.

Importante relembrar que a Nova Lei Orgânica, publicada em 28/07/2018, tratou da matéria da concessão do serviço de transporte, e o fez em alguns dispositivos. E, dentre estes dispositivos destacamos o que fixa o prazo máximo de 10 (dez) anos para a concessão, acabando com a regra que obrigava o "fim do monopólio". Esses fatos terão implicações reais na elaboração do sistema a ser implantado. Destarte que, mesmo antes de ser publicada, o Poder Executivo não poderia deixar de considerá-la, e assim o fez.

Por esta razão, o Termo de Referência a ser publicado e que norteará todo o certame, já está contemplando as regras inseridas na nova Lei Orgânica, além da definição das linhas, itinerários, horários, número de blocos, penalidades por descumprimento, etc.

Além do mais, caso fosse contratado o instituto especializado, teríamos que postular uma prorrogação por aproximadamente 12 (doze) meses do atual contrato de concessão, pois este foi o prazo mínimo de trabalho que apresentaram. Situação que se demonstra desnecessária, se utilizarmos os Estudos que dispomos; pois necessitamos de uma prorrogação de apenas 06 (seis) meses do atual contrato de concessão vigente, o que se demonstra melhor e mais adequado.

Esclareço a Vossa Excelência e aos demais nobres Vereadores que implementaremos o sistema de "Consulta Pública" ao "Termo de Referência" que norteará todo o certame. Essa forma democrática tem dois objetivos práticos, o de se garantir total transparência, e o de se minimizar falhas e/ou questionamentos ao Edital de Licitação que vier a utilizar deste Termo de Referência.

Destaco ainda que, antes de ser realizado o certame, haverá Audiência Pública sobre este tema, fator que exigirá um maior tempo para a conclusão do certame.

Assim, nobres parlamentares, o incluso anteprojeto de lei tem dois objetivos básicos, obter a autorização para realizarmos a concessão **agora por apenas dois Lotes de Linhas**, e ainda uma **prorrogação do atual contrato de concessão pelo prazo máximo de 06 (seis) meses** (pois se concluída a licitação antes, poderemos reduzir esse prazo).



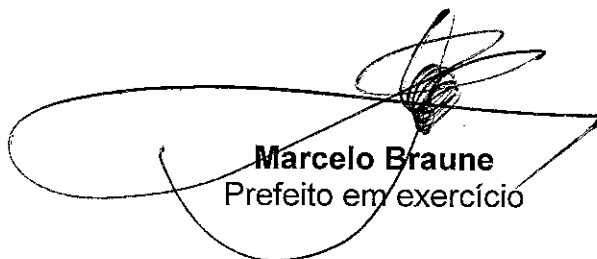
**Estado do Rio de Janeiro**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
Secretaria de Gabinete do Prefeito



Desta forma, diante das razões apresentadas, requeiro a Vossa Excelência que se digne a submeter o presente Anteprojeto de Lei à apreciação desta honrosa Casa Legislativa, em regime de URGÊNCIA, de que trata o disposto no artigo 172, § 1º da nova Lei Orgânica, uma vez ser o mesmo conveniente e necessário aos interesses da população de nossa cidade.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência, bem como aos demais Vereadores de nossa cidade.

Atenciosamente



**Marcelo Braune**  
Prefeito em exercício

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR**  
**VEREADOR ALEXANDRE CRUZ**  
**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**



ANTEPROJETO DE LEI

**FICA O PODER EXECUTIVO  
AUTORIZADO A REALIZAR CERTAME  
LICITATÓRIO PARA CONCESSÃO DO  
SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante certame licitatório, a concessão dos Serviços de Transporte Coletivo no âmbito do município de Nova Friburgo.

§ 1º - Fica estabelecido o prazo máximo da concessão de que trata o *caput* deste artigo em dez (dez) anos.

§ 2º - Fica estabelecido que os Serviços de Transporte Coletivo deverá ser dividido em 02 (dois) Lotes de Linhas, a fim de possibilitar que mais de uma empresa venha a disputar o direito de explorar tal serviço.

§ 3º - Termo de Referência definirá as linhas, itinerários, horários, regras adicionais, e ainda as penalidades em caso de descumprimento de obrigações pela concessionária, além de nortear e vincular o Edital de licitação.

Art. 2º - Fica autorizada a prorrogação por 06 (seis) meses dos contratos vigentes com a empresa vencedora do certame passado.

§ 1º - A empresa que explora os serviços permanecerá com todas as obrigações durante o período de que trata a prorrogação estabelecida no *caput* deste artigo, inclusive as referentes ao pagamento das outorgas, dos tributos e ainda das gratuidades existentes.

§ 2º - O prazo de prorrogação de que trata o *caput* deste artigo poderá ser diminuído, na hipótese de conclusão da licitação antes do previsto.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.